



LUTE COMO UMA GAROTA - PELA EQUIDADE NAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR

Mirian Pereira Suave ¹

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade discutir as relações de gênero no espaço escolar. Diante do contexto das atuais políticas educacionais, percebe-se um retrocesso nos documentos oficiais que norteiam a educação no Brasil. A Base Nacional Comum Curricular e o Plano Nacional do Livro Didático, suprimiram de seus textos oficiais e editais a temáticas Gênero e orientação sexual, e a partir de então, estabeleceram uma discussão no modelo patriarcal na simetria das relações binárias entre homens e mulheres, pautando a educação escolar a um padrão de comportamento sexista. Este discurso vem incentivando grupos religiosos e políticos conservadores a intervir nas ações pedagógicas escolares, promovendo manifestações em defesa da “família tradicional”. A ausência nas discussões das relações de gênero no espaço escolar, reproduz a desigualdade entre meninos e meninas, e outros que não se enquadram no modelo posto pela sociedade sexista. Aqui também, registra a pesquisa realizada na Escola José Ronaldo Aragão em Santa Luzia D’Oeste/RO, cujo objetivo consiste em observar as brincadeiras durante o recreio com estudantes do 1º ao 5º ano, no período de junho de 2019. Percebe-se que as atividades decorrentes das brincadeiras na escola, naturalmente conduzem o menino a um comportamento “machista” e as meninas “submissas”. O texto traz alguns direcionamentos para os/as docentes romperem com o “silêncio” na luta pela inclusão da diversidade no espaço escolar. O estudo caracteriza pelo método qualitativo na pesquisa etnográfica com enfoque na educação, ao permitir observar o comportamento dos/as estudantes por um período de tempo nas atividades recreativas.

Palavras-chave: Gênero, Espaço Escolar, Inclusão.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir las relaciones de género en el espacio escolar. Dado el contexto de las políticas educativas actuales, se puede ver un retroceso en los documentos oficiales que orientan la educación en Brasil. La Base Curricular Nacional Común y el Plan Nacional de Libros de Texto, suprimieron de sus textos oficiales y avisos públicos los temas Género y orientación sexual, y a partir de entonces, establecieron una discusión sobre el modelo patriarcal en la simetría de las relaciones binarias entre hombres y mujeres, orientando educación escolar a un patrón de comportamiento sexista. Este discurso ha animado a grupos políticos y religiosos conservadores a intervenir en las acciones pedagógicas escolares, promoviendo

¹ Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Geografia, Mulher e Relações de Gênero (GPGENERO). E-mail: mirianpereirasuave@gmail.com .



manifestaciones en defensa de la “familia tradicional”. La ausencia en las discusiones de las relaciones de género en el espacio escolar reproduce la desigualdad entre niños y niñas, y otras que no se ajustan al modelo que plantea la sociedad sexista. También aquí se registra la investigación realizada en el Colegio José Ronaldo Aragão de Santa Luzia D'Oeste / RO, cuyo objetivo es observar los juegos durante el recreo con alumnos de 1 ° a 5 ° grado, en el período de junio de 2019. que resultan de los juegos en la escuela conducen naturalmente al niño a un comportamiento “sexista” ya las niñas a “sumisas”. El texto brinda algunas orientaciones para que los docentes rompan con el “silencio” en la lucha por la inclusión de la diversidad en el espacio escolar. El estudio se caracteriza por el método cualitativo en la investigación etnográfica con enfoque educativo, ya que permite observar el comportamiento de los estudiantes durante un tiempo en actividades recreativas

Palabras clave: Género, espacio escolar, inclusión.

Introdução

Discutir relações sociais de gênero no contexto escolar, é um meio de contribuir para a formação de uma sociedade mais inclusiva, preparando indivíduos para lidar com a diversidade sem anular as diferenças que existem entre elas. O atual cenário político que se desencadeia no Brasil nos últimos anos, evidencia um desmonte na organização das estruturas curriculares que norteiam a Educação no país. Essa nova reestruturação nos faz repensar, qual é o papel da educação na inclusão da diversidade no espaço escolar?

A Base Nacional Comum Curricular e editais de livros didáticos, vêm passando por reformas, a fim de atender a imposição ideológica e moral de uma classe de políticos conservadores e religiosos, que consideram o espaço escolar um lugar não apropriado para discutir relações de gênero. Independente dos grupos conservadores, que se estabelecem em cada governo, o estado é laico e o sistema educacional deve considerar a formação integral do sujeito aluno, que vive em uma sociedade multicultural de grandes diversidades sociais. Construir um projeto educacional inclusivo, requer meios democráticos, ouvir respeitosamente todos os agentes das diversas representatividades sociais que lutam para romper com a cultura do machismo, da homofobia e do preconceito presente no contexto diário da vivência dos estudantes, principalmente daqueles que não fazem parte da sociedade heteronormativa².

2 Termo que se refere aos ditados sociais que limitam os desejos sexuais, as condutas e as identificações de gênero que são admitidos como normais ou aceitáveis àqueles ajustados ao par binário masculino/feminino. Desse modo, toda a variação ou todo o desvio do modelo heterossexual complementar macho/fêmea – ora através de manifestações atribuídas à homossexualidade, ora à transgeneridade – é



As políticas educacionais com vista à promoção da equidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual e ao enfrentamento contra o sexismo e a homofobia, são discussões já consolidadas nos seguintes documentos: Programa Nacional de Direitos Humanos II (de 2002), Plano de Políticas para Mulheres (2004), Programa Brasil sem Homofobia (2004) e Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), (HENRIQUES *et al.*, 2207). Todas essas conquistas vêm sendo desconsideradas, o que caracteriza um retrocesso.

Assim, o presente artigo se justifica ao considerar que a supressão de orientação sexual e gênero do texto oficial da nova Base Nacional Comum Curricular-BNCC e o Plano Nacional do Livro Didático- PNLD, aprovada em 2017, pode reforçar ainda mais os estereótipos criados em torno das desigualdades entre meninos e meninas, além do mais, criar barreiras impedindo o questionamento da cultura binária, presente nas relações de gênero no espaço escolar. Além disso, as políticas antidemocráticas, vem suscitando “em seus adeptos”, atitudes extremistas, como ocorrido na cidade de Ariquemes/RO, onde políticos tentaram censurar imagens de casais homoafetivos, arrancando as páginas do livro didático do MEC- anos iniciais.

A proposta do artigo consiste em promover discussão sobre Educação e Gênero, assim como, apresentar resultados da pesquisa realizada com meninas e meninos sobre a forma de apropriação do espaço escolar durante as brincadeiras que ocorrem no recreio. O recreio é um espaço vigiado, os estudantes encontram ali liberdade para se manifestarem, e são nas brincadeiras que as diferentes práticas corporais se expressam, reafirmando qual é o lugar da menina e do menino. (STIGGER E WENTZ ,2006).

A frase “lute como uma garota” trouxe motivação para realização deste trabalho, haja visto que, as escolas públicas do ensino básico são compostas em sua maioria por “mulheres professoras”, muitas delas buscam coragem para lutar e resistir a toda forma de repressão aos corpos. Estamos vivendo novos tempos, a discussão sobre os direitos das mulheres não se concentra somente em grupos específicos, os debates sobre lutas feministas ampliaram em todos os segmentos sociais, isso impulsionaram muitas docentes refletirem constantemente a sua prática pedagógica, na missão de dialogar com as meninas estudantes, que o “nosso lugar é onde quisermos estarmos”.

marginalizada/o e perseguida/o como perigosa/o para a ordem social. Ver o texto “Homofobia e heterossexismo” nesta unidade.



De modo geral, o texto está estruturado em duas seções: Gênero e Educação, aqui busca refletir os desafios curriculares para inserir no espaço escolar as discussões a respeito das relações de gênero. A segunda seção, traz resultado da pesquisa sobre o recreio lugar de aprendizado e reprodução de comportamentos sexistas, neste tópico busca observar os comportamentos dos/as estudantes nas brincadeiras desenvolvidas durante o recreio. Compreende-se que as brincadeiras presentes no pátio da escola conduzem os meninos a um comportamento “machista” e as meninas “submissas”

Procedimentos Metodológicos

Quais desafios encontrados para consolidar no espaço escolar discussões sobre relações de gênero? De que forma o recreio pode contribuir para reforçar as brincadeiras sexistas no espaço Escolar? Como educar meninos e meninas para a igualdade de direitos e oportunidades? Essas questões orientaram a elaboração deste trabalho.

Além da pesquisa bibliográfica, o estudo se caracteriza pelo método qualitativo, no âmbito dos instrumentos metodológicos da pesquisa etnográfica com enfoque na educação. A pesquisa etnográfica pontualmente neste trabalho, contribuiu para revelar por meio de observações como determinadas brincadeiras reportam comportamentos sexistas e preconceituosos na relação de gênero no espaço escolar. Lembrando que a escola é um ambiente que não apenas transmitem “saberes conteudistas”, mas tem sido um dos lugares responsáveis pela produção do sujeito, e tais condições refletirá no meio social.

A pesquisa foi desenvolvida na escola José Ronaldo Aragão, no Município de Santa Luzia D’Oeste, um pequeno município do Estado de Rondônia, com população estimada em 6.216 habitantes (IBGE, 2020). As observações ocorreram durante o mês de junho de 2019, com estudantes do 1º ao 5º ano, neste período, realizou-se as observações no comportamento de grupos de meninos e de meninas, durante a permanência no intervalo do recreio.

1. Gênero e Educação

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico, ou seja, homens e mulheres são produtos da realidade social e



não da decorrência da anatomia de seus corpos. A palavra gênero surgiu nos movimentos sociais feministas³. Para tentar compreender como o homem e a mulher são vistos pela sociedade, a finalidade consistia em acabar com a desigualdade envolvendo os sexos (LOURO, 2003).

Neste sentido, compreende-se que a concepção de gênero é uma construção social, a forma de operar as relações sociais de poder entre homens e mulheres, em decorrência da cultura, e não das diferenças naturais. O indivíduo se constrói de acordo com os valores sociais vigentes em uma determinada época. Neste mesmo sentido, “[...] a inscrição dos gêneros femininos e masculinos – corpos – é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura” (LOURO, 2000, p.6.)

Desde o ventre da mãe, a criança recebe estímulo mediante ao sexo, cresce sabendo qual o seu papel na sociedade e o que se espera dela. Essas crianças chegam à escola carregadas de preconceitos, na forma de enxergar o comportamento do menino e da menina. Basta pararmos para observar o cotidiano de uma escola, percebemos que as meninas brincam de mãos dadas, cochicham, ficam mais juntinhas e os meninos correm o tempo todo no pátio. As brincadeiras determinam o papel que os meninos e meninas devem cumprir, nesta perspectiva de naturalidade⁴, as crianças aprendem a serem menino e menina, por meio das atribuições das práticas corporais (AUAD, 2006).

Portanto, a escola é influenciada pelos modos de pensar e de relacionar com os padrões de comportamento estabelecidos pela sociedade hodierna, fundamentada pelos princípios familiares e religiosos. Estas instituições estão presentes no processo formativo da criança, antes mesmo do nascimento estabelecem distinções dos papéis sociais que meninas e meninos devem adquirir para viver em sociedade.

Dentre as instituições “família e igreja”, a escola é um espaço que caracteriza a educação formal, detentora de um sistema curricular e pedagógico que tem por finalidades a formação integral da criança, é neste espaço que as relações entre as pessoas adquirem

³Movimento social e político de defesa de direitos iguais para mulheres e homens, tanto no âmbito da legislação (plano normativo e jurídico), quanto no plano da formulação de políticas públicas que ofereçam serviços e programas sociais de apoio a mulheres.

⁴Refere-se aqui ao modo como ideias, valores e regras sociais (produzidos por homens e mulheres em contextos históricos) são transmitidos, justificados e adotados como se existissem independentes da ação humana, como se fossem imposições externas (“naturais”) que não podem ser evitadas, combatidas ou modificadas, sob o risco de alterar essa ordem “natural” que garantiria a estabilidade e a reprodução da sociedade. Uma construção “naturalizada” é percebida como dado inquestionável da realidade, quando de fato as condições de ela ser considerada verdadeira são o resultado de um processo social.



importância, pelo convívio intenso que se estabelecem umas com as outras, é nesta relação que se espera que os corpos não sejam alvo de determinadas práticas escolares em detrimento de outras. (SILVA, 2014). Além do mais, a escola é o lugar de oportunidades para reconhecer direitos, e sobretudo adquirir condições de promover convivência respeitando as diversidades, sem manifestação de qualquer preconceito e discriminação.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) assegura o direito à escola, conduzirem suas práticas educativas sem discriminar negativamente a singularidade ou características específicas de indivíduos ou grupos humanos. Dessa forma, a escola deve-se embasar legalmente nos princípios constitucionais de liberdade e solidariedade, promovendo assim, a igualdade entre gêneros. Nos últimos anos o cumprimento da LDB, no contexto das relações de gênero perde a sua importância, devido a ofensiva das atuais políticas educacionais, que buscam freneticamente intervir em todos os documentos norteadores das práticas didáticas dos professores/as em sala de aula, até mesmo censurar materiais didáticos.

Neste caso, há de se reportar o fato ocorrido no município de Ariquemes/RO, no ano de 2017. O Município abriga uma população de 109.523 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2020), encontra-se distante da capital Porto Velho 200 km. O prefeito da cidade e alguns vereadores, solicitaram para os professores/as dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas municipais, que subtraíssem do livro didático do MEC as páginas que apresentassem fotografias de famílias compostas por pessoas do mesmo sexo.

A figura 01, identifica a imagem do casal homoafetivo, mesmo afrontando a legislação vigente da constituição e do plano nacional de educação, a proposta de retirar o conteúdo da página dos livros didáticos foram executadas, tendo como apoiadores as próprias instituições escolares e a sociedade civil.



Figura 01 – Páginas do Livro vetado por mostrar casais homoafetivos



Fonte: Rede Amazônica/Reprodução-Feveireiro 2017.

A polêmica envolvendo as imagens do livro didático provocou no Estado uma onda de manifestações a favor da “Família Tradicional”. Grupos liderados por algumas igrejas evangélicas, docentes e profissionais da educação, manifestaram nas ruas da cidade reivindicando o fim da “ideologia de gênero”. A secretaria da Educação de Ariquemes na gestão 2017, utilizou os meios de comunicação eletrônica⁵ para afirmar que no Plano Municipal de Educação do município, caracterizava sem a proposta da “ideologia de gênero”, mesmo assim, o MEC em 2016, enviaram os livros com estes conteúdos.

A polêmica identifica a postura dos munícipes frente às leis nacionais, para adequação de suas convicções religiosas. O procurador de justiça do estado/RO, afirmou que o ato de censurar um livro didático é ilegal e que tais atitudes poderiam estimular a homofobia, ignorando e afrontando os princípios constitucionais de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, sem preconceito e discriminação. O Supremo Tribunal Federal também se

⁵ <http://g1.globo.com/ro/ariquemes-e-vale-do-jamari/noticia/2017/01/prefeitura-manda-arrancar-paginas-de-livros-escolares-sobre-homossexuais.html>
<https://crb6.org.br/artigos-materias-e-entrevistas/prefeitura-manda-tirar-trechos-de-livros-escolares-com-uniao-entre-gays/>



manifestou, reconhecendo todos os modelos de família. Não existe desrespeito com a crença dos estudantes, existe muito preconceito na sociedade, e ele se reflete na escola. A defesa do estado laico é a garantia do exercício democrático de todas as crenças. Para tanto, nenhuma religião pode interferir nas leis e instituições públicas, sob o risco de ferir outras crenças. Isso fere a constituição.

Manifesto contra o edital sobre contra ao Edital de Convocação PNLD

Associação Linguística Aplicada no Brasil (ALAB), elaborou um manifesto contra ao Edital de Convocação nº 1/2021- Programa Nacional do Livro Didático (CGPLI PNLD 2023) - publicado em 12 de fevereiro de 2021 pelo Ministério da Educação. O Manifesto vem denunciando vários retrocessos históricos sobre o papel dos livros didáticos. As novas propostas eliminam temáticas que diz respeito às questões sociais, políticas e culturais, sendo estas, materializadas há muito tempo nos ambientes escolares. Ainda, neste edital, percebe-se uma perda significativa dos aspectos formais e progressistas dos livros didáticos. Vejamos parte do manifesto que destaca as perdas quando o tema se refere a gênero.

Ao mencionar os estereótipos de gênero e orientação sexual, o edital 01/2017 também promoveu um ganho ao pautar questões que, muitas vezes, são invisibilizadas em livros didáticos, e, conseqüentemente, nos currículos escolares, que partem de processos de subjetivações limitadas às conceituações binárias de gênero, e não apresentam subjetividades de grupos minoritarizados, como mulheres, grupos LGBTQI+ e outros que ao longo da história foram colocados à margem da sociedade. Outras interseccionalidades que atravessam os grupos sociais, como questões raciais, de faixa geracional, de linguagem, de religião, de condição de deficiência, estavam presentes no edital anterior e também foram apagadas do edital em pauta. (ALAB, 2021)

Sendo assim, durante a reformulação do PNLD, não foram consideradas as conquistas a partir dos longos debates acadêmicos, os diálogos democráticos entre os agentes envolvidos. Trata-se de um retrocesso histórico do papel dos livros didáticos na educação básica brasileira, eliminando uma série de dimensões sociais, políticas e culturais consolidadas há muito tempo nos ambientes escolares e de gestão do ensino no Brasil. Como pode verificar no quadro 01, edital PNLD 2019 (01/2017).



Quadro 01. Comparação entre os editais do PNLD, direcionados à produção de livros didáticos para os anos iniciais do ensino fundamental

EDITAL PNLD 2016 (02/2014)	EDITAL PNLD 2019 (01/2017)	EDITAL PNLD 2023 (01/2021)
2.1.2. Observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social. Serão excluídas do PNLD 2016 as obras didáticas que: 1. veicularem estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual , de idade ou de linguagem, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos;	3.1.2 Observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania, ao respeito à diversidade e ao convívio social republicano. Será excluída do PNLD 2019 a obra didática que: 1. Veicular estereótipos e preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual , de idade, de linguagem, religioso, de condição de deficiência, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos;	2.3.1. Respeitar todos os brasileiros. 2.3.2. Respeitar a liberdade de consciência, a liberdade religiosa e a liberdade política dos alunos e de suas famílias, observado o caráter laico do Estado e o respeito ao sentimento religioso. . 2.3.6. Promover positivamente a imagem dos brasileiros, homens e mulheres , e valorizar as matrizes culturais do Brasil - indígena, europeia e africana - incluindo as culturas das populações do campo, afro-brasileira e quilombola, respeitada a indicação da BNCC quanto a componentes, habilidades e anos escolares nos quais esses conteúdos deverão ser abordados e demais normas aplicáveis.

Fonte: ALAB, manifesto sobre o edital de convocação, 2021

No edital de 2017, diz: será passível de exclusão, os livros didáticos que veicular estereótipos e preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, de condição de deficiência, assim, como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos. Já o edital de 2021 indica que as obras devem: Promove positivamente a imagem dos brasileiros, **homens e mulheres**, limita a identidade de gênero a um modelo hierarquizado e binário das relações sociais e discursivas travadas entre os indivíduos. Outra consideração é que no edital 2017, refere-se aos princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania, **ao respeito às diversidades** e ao convívio social. Já o edital de 2021, reitera o respeito a todos os brasileiros, não destacando **o respeito às**



diversidades, como se todos fossem iguais. Neste mesmo edital, destaca o dever de as escolas promoverem valores cívicos o “**patriotismo**”, quando se espera que a escola promova uma **educação universal**. (ALAB, 2021)

Observa-se que o edital 2021, limita a identidade de gênero a um modelo hierarquizado e binário das relações sociais e discursivas travadas entre os indivíduos, promovendo-se a homogeneização dos sujeitos e de seus corpos. A normatização dos corpos afeta todas as pessoas, os livros didáticos seria o veículo para exterminar o que “eles” denominam de “ideologia de gênero”, reafirmando os padrões de uma sociedade que deve ser formado por um pai e uma mãe, o que fugir deste binarismo, deve ser excluído de qualquer documento que orienta o processo educativo dos/as estudantes no Brasil.

A escola é um espaço social que tem o dever e a função de promover as discussões que primam pelo bem-estar de todos. É na escola que, visivelmente, as diferenças se manifestam, é ali também que se deve compreender que essas diferenças não podem ser vistas com estranheza, mas, compreender que o ser humano é um ser complexo e a sua diversidade se manifesta em todo espaço social (SILVA, 2014)

Diante do exposto, de todas as dúvidas e incerteza em torno da proibição da discussão sobre gênero e sexualidade na escola, estudiosos afirmam que: Gênero não é uma ideologia, é uma categoria científica reconhecida mundialmente nas Universidades, inclusive, com respaldo da ONU, além do mais não se ensina a ser gay/lésbica, ensina o respeito a todas as pessoas, independente de sexo e orientação sexual. Não existe tentativa de acabar com a família tradicional, existe o compromisso de integrar todos os modelos de famílias existentes na sociedade, sem discriminação (HENRIQUES *et al.*, 2207).

2. Recreio lugar de aprendizado e reprodução de comportamentos sexistas

O propósito deste tópico, consiste em apresentar os resultados da pesquisa realizada na Escola José Ronaldo Aragão, no município de Santa Luzia D’Oeste/RO, no período de junho de 2019. A pesquisa revela, como as meninas e meninos utilizam o espaço escolar durante as atividades recreativas.

Ao analisar as brincadeiras dos meninos e meninas da escola José Ronaldo Aragão, tomamos como referência os papéis que são destinados a cada um ao nascer. A partir dos primeiros meses de vida, os brinquedos reforçam os papéis que cada criança



terá que exercer na sociedade. Para as meninas, os brinquedos estão associados ao papel de mãe, donas de casa, o cuidado com as bonecas, o que remete a elas a responsabilidade de cuidar dos filhos e da casa. Já os meninos buscam por brincadeiras que expressam liberdade em espaços abertos, jogam bola, ganham carrinhos de guerra e de policial, brinquedos de super-heróis, geralmente relacionados a uma certa agressividade, os pais ensinam que homens não choram. (PELLUCIO, 2010)

Como já reportamos antes, desde o ventre da mãe a criança recebe estímulo mediante ao sexo, assim os modelos do que é ser homem e o que é ser mulher, influenciará a construção de suas referências sobre os seus comportamentais na vida escolar, ou seja, quais são os “brinquedos de menino” e quais são os “brinquedos de menina”.

Embora não seja possível intervir de forma imediata nos comportamentos sexistas construídos nas instituições às quais os estudantes fazem parte, a escola precisa ter consciência de que sua atuação não pode ser neutra e “omissa”. A escola constitui um sistema educativo e pedagógico, mas também um espaço social e cultural, pautado no tempo/espaço, ali ocorre interação entre os diferentes tipos de estudantes, realizam brincadeiras mais livres, um momento da vida escolar que também acontece aprendizado, principalmente aquelas que ocorrem por meio das brincadeiras. (STIGGER; WENTZ, 2006).

Contudo, a escola é um espaço social que tem o dever e a função de promover as discussões que primam pelo bem-estar de todos. Caso contrário, reforçará o aumento da discriminação, preconceitos contra as mulheres e contra todos aqueles que não correspondem a um ideal de masculinidade dominante, como gays, travestis e lésbicas. Muitas vezes “[...] a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz” (LOURO, 2003, p. 81)

Para compreendermos a desigualdade de gênero no espaço escolar, tomamos como referência os estudos de Stigger; Wentz (2006) ao propor investigar o comportamento das crianças durante os recreios de uma escola pública. Os pesquisadores problematizaram a heterogeneidade, mapeando as brincadeiras, durante um certo período, observando a sala de aula, o passeios, o lanche, as festas e o recreio, embora as brincadeiras se darem de forma espontânea, os pesquisadores procuraram analisar a dimensão educativa que elas carregavam, por meios de seus significados.



O Recreio – brincadeiras de meninos e de meninas.

Ao observar durante uma semana o recreio da escola Municipal José Ronaldo, percebi, a forma como meninas e meninos apropriam do espaço escolar. Entende-se que ambos comportamentos estão vinculados às práticas culturais construídas no meio social, entretanto, essa percepção fica nítida quando se refere ao ambiente escolar. Geralmente, as meninas são as mais prejudicadas pela maneira como os meninos concebem o espaço durante as brincadeiras no recreio.

Quem vê de imediato as crianças no recreio durante o espaço escolar, acham uma verdadeira bagunça, tumulto e gritaria, na verdade não é bem assim, em cada porção do espaço existe um grupo de crianças, umas mais juntinhas e outros separados, algumas mais quietas e outras correndo, o pátio da escola é separado pela diferença de idades, gênero e brincadeiras. Dentre desta aparente desorganização, as crianças se reconhecem no seu espaço e até mesmo se impõe sobre eles.

A minha participação de observadora, permitiu-me olhar para todos os movimentos, tomando os devidos cuidados para não inibir a forma espontânea como as crianças conduzem suas brincadeiras. Às vezes me punha sentada com um caderno de registro, outra hora, resolvia caminhar entre elas, e até mesmo trocar algumas palavras, ser simpática e sorridente, pois naquele momento, naquele horário e naquele lugar eu era uma “estranha e intrusa”

Portanto, durante uma semana, no intervalo de 15 minutos, tomei as seguintes descrições: um lado do pátio havia dois agrupamentos de meninas, um grupo pulando elástico e o outro grupo pulando corda. Do outro lado do pátio, havia um grupo de meninos brincando com bolinhas de gude. Percebe-se que os meninos se movimentavam mais, lançavam as bolinhas de gudes de tal forma que invadiam os espaços das meninas, dava a entender que pátio cabiam só a eles, sem preocupar em estabelecer um limite espacial para suas brincadeiras, ocupando assim, todo o espaço do pátio, inclusive os lugares que as meninas brincavam.

Já as meninas, ficavam posicionadas no mesmo lugar, uma vez que suas brincadeiras não eram de correr, inevitavelmente eram surpreendidas pelos transtornos causados pelos meninos, já que tinham que cessar a brincadeira e recuar para outro espaço. Não presenciei em nenhum momento, as meninas questionarem com os meninos,



sobre a perturbação sofridas por eles, simplesmente elas se deslocavam para outros lugares.

Ao analisar esses acontecimentos, nota-se que as meninas são mais tranquilas, passivas, denotam intimidade com o espaço, preferem mudar de lugar do que confrontar com os meninos. Essa atitude revela um comportamento de submissão, de obediência, reconhecem que os meninos têm mais direito sobre o uso do pátio do que elas. Já os meninos realizam movimentos bruscos e rápidos, correndo de um lado para o outro, em busca das bolinhas de gude, sem reconhecer a importância das brincadeiras das meninas. Dessa forma, questiona-se qual é a responsabilidade da escola e dos educadores/as na garantia do direito de cada estudante ser tratado com equidade no espaço escolar?

Portanto, a pesquisa revelou que as atividades recreativas, presente no pátio da escola conduzem os meninos a um comportamento “machista” e as meninas a serem “submissas”, isso refletirá na vida adulta, perpetuando o machismo estrutural presente em nossa sociedade. Sendo assim, as meninas são as mais prejudicadas pela maneira como os meninos concebem o espaço durante as brincadeiras.

Lute como uma garota

Durante as observações, uma outra situação, despertou-me curiosidade, percebi um movimento diferente com uma das meninas, a mesma não pertencia aos grupos que brincavam de elásticos e de pular corda. Por várias vezes, ela tentou aproximar-se do grupo dos meninos, mas não teve receptividade, ficava encostada em uma das paredes da escola, olhando de longe os meninos brincar. Quando percebia a aproximação dos meninos por causa da dinâmica da brincadeira, ela pediu para participar da brincadeira, porém os meninos não concordaram, um deles, deu a ela uma bolinha de gude, mas não permitiu que se juntasse ao grupo, outros esbravejava pedindo para ela sair.



Figura 02 – Aluna da Escola José Ronaldo Aragão- brincadeiras com bolinhas de gude.



Fonte: SUAVE, 12/07/2019.

Em conversa, pedi que mostrasse a bolinha de gude ganhada pelos meninos, verificada na figura 02, ela contou-me: *“não querem que eu brinque, com medo de perderem, porque eu sou boa de bolinha de gude”*, ou seja a menina possuía habilidades que amedrontavam os meninos, eles tinham medo de “perder o jogo” para uma menina.

A frase “lute como uma Garota”, subentende que desde pequena as meninas devem ser encorajadas a lutar pelo seu espaço e reconhecer que seu lugar é onde deseja estar. Aparentemente as brincadeiras simples e inocentes, revelam de forma naturalizada a perpetuação de um modelo de sociedade sexista, em que as meninas desde criança são forçadas a serem “subservientes”, enquanto os meninos a liberdade e o “domínio” do espaço público.

Diante do exposto, considera-se que as atividades que ocorrem no espaço escolar, naturalmente conduzem os meninos a um comportamento “**machistas**” e as meninas de “**submissas**”. Os meninos têm o domínio do espaço que constitui as brincadeiras no pátio da escola, as meninas que ousam subverter este espaço, na maioria das vezes, são punidas



com palavras pejorativas e submetidas à humilhação. Assim, questiona: Quem autoriza as brincadeiras no pátio da escola? Que trabalho é realizado em sala de aula para discutir as brincadeiras designadas sexistas, ou seja, por que as meninas não podem jogar bolinhas de gude? Quais atitudes a escola deve tomar para que as meninas tenham equidade na apropriação do espaço escolar durante as brincadeiras do recreio?

A escola atua no papel de reafirmar as identidades de gênero, ditando comportamentos, concepções e atitudes postulada na figura heterossexual, entretanto, reagem com tratamento discriminatório e punitivo aqueles desviantes que não encaixam nas práticas consideradas “normais” do que venha ser masculino e feminino (LOURO, 2003). São inúmeras situações, que deparamos todos os dias no espaço escolar, é requer um olhar integrador e sistematizador, pautado em criar um projeto conciso sobre relação de gênero, pois à medida que os meninos crescem compartilham esses comportamentos em outros espaços da esfera pública ou privada e levará consigo comportamentos da hegemonia masculina.

Mesmo diante das novas políticas educacionais sobre questão de gênero, a maioria das escolas carregam um histórico negacionista quando este assunto permeia as discussões no espaço escolar. A escola é um ambiente que não apenas transmite “saberes conteudistas”, mas tem sido um dos lugares responsáveis pela produção do sujeito. Na escola, as atividades cotidianas, querendo ou não, constituem-se como atividades pedagógicas incidindo na produção das identidades de gênero (AUAD, 2006).

Mesmo diante de inúmeros desafios, a escola não deve omitir fatos, ser “neutra”, mas, buscar romper com o silêncio e a ausência de debates no espaço escolar, problematizar os discursos e as práticas educativas, isso significa não ignorar a orientação sexual dos alunos/as, e sim, questionar as mais diversas manifestações de violências físicas e simbólicas que envolvem os/as estudantes, desnaturalizar aquilo que se entende como sendo masculino ou feminino, sendo este, uma construção social, cultural e histórica, portanto, não é natural, universal, nem mesmo imutável (SILVA, 2013).



Considerações Finais

As atuais políticas públicas dos últimos anos, vêm incidindo diretamente na temática gênero e orientação sexual, cujo objetivo é promover o modelo patriarcal na simetria das relações binárias da educação escolar. Este discurso suscita nos grupos religiosos e políticos conservadores a intervirem nas ações pedagógicas das escolas, sob a justificativa da defesa da família tradicional.

Contudo, o retrocesso que se configura nas mudanças da BNCC e no PNLD, desconsiderou as lutas dos diversos segmentos sociais, principalmente os dos movimentos feministas, que há décadas vem lutando por uma sociedade mais inclusiva, sem machismo e homofobia. Considera-se que a ausência de discussão de gênero no espaço escolar, permite que o sistema educacional brasileiro, reproduz desigualdade entre meninos e meninas e a outros que não se enquadram no modelo estabelecido pela sociedade sexista. Essa lógica, foi comprovada na observação das brincadeiras ocorridas durante o recreio. É perceptível o domínio dos meninos durante o tempo que constitui as brincadeiras no ambiente escolar, já as meninas não disputam o espaço com os meninos, preferem recuar e escolher outros espaços para suas brincadeiras. A ausência de debates, a falta de formação continuada para os professores pode cooperar para perpetuar o modelo tradicional das relações entre sexo, reforçando a marginalização da mulher diante do homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUAD, D. Educar Meninas e Meninos. Relações de gênero na escola. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ALAB- Associação de Linguística Aplicada do Brasil. Manifesto referente ao **Editais de Convocação nº 1/2021** Programa Nacional do Livro Didático (CGPLI PNLD 2023) - publicado em 12 de fevereiro de 2021 pelo Ministério da Educação: Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (FCHSSALLA) e a

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

PELLUCIO, Gabrielle, “**HÁ Homens que têm Patroa. Há Homens que Têm Mulher. Há Mulheres que Escolhem o Que Querem Ser**” Perspectiva de Gênero **na Geografia**.



Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Linha de pesquisa: Populações Amazônicas e Cidadania, 2010.

HENRIQUES, Ricardo; BRANDT, Maria Elisa Almeida; JUNQUEIRA, Rogerio Diniz CHAMUSCA, Adelaide (orgs.) **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Caderno SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e estatística <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro>
Ariquemes /panorama

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. *In.* JUNQUEIRA, R. D. (Org). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**. Pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica 2000.

LOURO, Guacira Lopes. “Currículo, gênero e sexualidade. O ‘normal’, o ‘diferente’ e o ‘excêntrico’”. *In.* LOURO, G. L., NECKEL, J. F. & GOELLNER, S. V. (orgs.). Corpo, gênero e sexualidade. Petrópolis: Vozes, 2003.

STGGER, Marcos Paulo; WENETZ, Ileana. **A construção do Gênero no Espaço Escolar**. Porto Alegre, v.12, n. 01, p. 59-80, janeiro/abril de 2006.Ed. Movimento

STGGER, Marcos Paulo. Esporte, Lazer e Estilo de Vida: um estudo etnográfico. Campinas SP. Autores Associados São Paulo (Coleção educação Física e esporte), 2002.

SILVA, Joseli Maria. **Gênero e Espaço**: esse é um tema de Geografia? Ensino de Geografia Novos Temas para a geografia escolar Organizadores: Daniel A. de Azevedo, Marcelo Alonso Moraes Ed. Rio de Janeiro, 2014.

Rede Amazônica/Reprodução-Fevereiro 2017 em -didáticos-com-união-gay-em-ro-ex-prefeito que proibiu livros didáticos com união gay em RO é processado